

CARTA PASTORAL

Ao Clero

Aos Religiosos(as)

Aos Consagrados(as)

Aos Leigos

Aos Serviços Diocesanos e Movimentos Apostólicos

Às Pessoas de Boa Vontade

Da Diocese de Angra

No final da Visita Pastoral à Diocese de Angra

**«Jesus percorria cidades e aldeias,
ensinando e caminhando para Jerusalém» (Lc. 13,22).**

Ao longo dos últimos cinco anos, desde o mês de Janeiro de 2017 até ao mês de Janeiro de 2021, Deus deu-me a graça de visitar todas as comunidades cristãs da diocese de Angra.

A par do contacto com as diversas estruturas, grupos e movimentos da comunidade paroquial, correspondendo ao apelo do Concílio Vaticano II para que a Igreja esteja atenta ao mundo, escute os seus apelos e lhe ofereça, em diálogo sincero, a força do Evangelho que salva, procurei conhecer e conversar com as diversas instituições de serviço público, governo, autarquias, associações, grupos, escolas, IPSS, forças militares, de segurança, protecção das populações...

Tal como todos os cidadãos, fui surpreendido pela pandemia do Covid/19 que forçou à interrupção da visita pastoral, tal como a muitas actividades, inclusivamente religiosas. As nossas comunidades sofreram e alteraram os seus hábitos; os serviços de saúde e de protecção civil foram pressionados perante a necessidade de respostas para acudir às situações graves de doença; os governantes foram ensaiando respostas para articular a saúde com as diversas realidades da vida social e económica. Enfim, no

meio do sofrimento e do medo, despertou muita generosidade e confiança num futuro que nos mobiliza a todos para que seja verdadeiramente humano.

Colhi na esperança o enorme esforço que se está a realizar na Região dos Açores, a disponibilidade e generosidade de grande número de pessoas, o sacrifício e dedicação de muitos que se entregam pelo engrandecimento da dignidade humana e pela edificação do bem comum.

Para todos fica a minha palavra de gratidão, de reconhecimento e de apoio ao seu esforço.

Cumpre-me oferecer aos cristãos da diocese e a todos os homens e mulheres de boa vontade algumas reflexões que ajudem a progredir na tarefa comum de edificarmos uma comunidade cristã cada vez mais à maneira de Jesus Cristo, interpelada pela doutrina conciliar e aberta ao mundo de hoje para lhe oferecer o dinamismo renovador do Evangelho.

Parte da visita pastoral desenvolveu-se a par com a caminhada sinodal que convida à participação activa de todos os baptizados na Eucaristia e, a partir do encontro com Jesus Cristo vivo, reconhecerem a sua integração efectiva na comunidade cristã e de forma determinada assumirem a responsabilidade de testemunharem a Boa Nova de Jesus Cristo na Igreja e no mundo.

Simultaneamente, perante todos os açorianos que procuram comprometer-se na causa da edificação de uma sociedade mais justa e digna do ser humano, ofereço também o meu contributo para em conjunto alcançarmos aquilo que todos ambicionamos e que está patente na aspiração de sermos uma humanidade nova promotora dos verdadeiros valores, do bem, da justiça, da paz, da fraternidade, na verdade e no amor.

1. Igreja em diálogo com a cultura

A primeira preocupação que apresento tem a ver com a cultura actual e a dificuldade de abertura quer da comunidade cristã à cultura de hoje quer da cultura

aos valores essenciais e fundamentais da pessoa humana que lhe são dados pela Revelação.

Neste contexto importa começarmos por definir o que se entende por cultura.

O Concílio Ecuménico Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, nº53, ao referir-se à cultura diz: «a palavra “cultura” indica, em geral, todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações».

S. Paulo VI, fazendo eco desta definição de cultura, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, referindo-se à evangelização da cultura diz que se trata «de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação» (nº 19).

Embora reconhecendo que o Evangelho e as culturas não se confundem, no entanto «o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da civilização e das culturas humanas» (nº 20).

Deste modo, apresenta-se «a ruptura entre o Evangelho e a cultura» como «o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas» (nº 20).

Então, convida-nos o Santo Padre, realçando que «importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exactamente das culturas» (nº 20). Aliás, «estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada» (nº 20).

Ainda no âmbito da relação da Igreja com a cultura, voltando-nos para o contexto europeu, no qual nós nos integramos, deve despertar-nos para uma nova evangelização a denuncia que S. João Paulo II faz no texto da Exortação Pos-Sinodal

«Ecclesia in Europa», ao afirmar que «no continente europeu, certamente não faltam prestigiosos símbolos da presença cristã, mas, com a afirmação lenta e progressiva do secularismo, correm o risco de reduzirem-se a meros vestígios do passado» (nº 7).

Aliás, «muitos já não conseguem integrar a mensagem evangélica na experiência diária; aumenta a dificuldade de viver a própria fé em Jesus num contexto social e cultural onde é continuamente desafiado e ameaçado o projecto de vida cristã; em vários sectores públicos, é mais fácil definir-se agnóstico do que crente; dá a impressão de que o normal é não crer, enquanto o acreditar teria necessidade de uma legitimação social não óbvia nem automática» (nº 7).

Dada a verificação de que estamos perante «a tentativa de fazer prevalecer uma antropologia sem Deus e sem Cristo», surge uma «nova cultura, influenciada em larga escala pelos mass-media, com características e conteúdos frequentemente contrários ao Evangelho e à dignidade da pessoa humana» (nº 9).

É deveras preocupante e interpelante o facto de nos depararmos com a cultura europeia que «dá a impressão de uma “apostasia silenciosa” por parte do homem saciado, que vive como se Deus não existisse» (nº 9).

Já o Papa Francisco, na alocução aos Cardiais da Cúria Romana, no Natal de 2019, afirmava num dado passo que «efectivamente as populações que ainda não receberam o anúncio do Evangelho não vivem apenas nos Continentes não ocidentais, mas habitam em toda parte, especialmente nas enormes concentrações urbanas, requerendo também elas uma pastoral específica».

E acrescenta, sublinhando que «nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos, irmãos e irmãs, na cristandade»! Mais ainda, alerta o Santo Padre, «hoje, já não somos os únicos que produzem cultura, nem os primeiros nem os mais ouvidos».

A partir desta constatação, reconhece-se que «precisamos duma mudança de mentalidade pastoral, o que não significa passar para uma pastoral relativista». De facto, «já não estamos num regime de cristandade, porque a fé – especialmente na Europa, mas também em grande parte do Ocidente – já não constitui um pressuposto óbvio da vida habitual; na verdade, muitas vezes é negada, depreciada, marginalizada e ridicularizada».

Ao trazer, no contexto da visita pastoral, esta reflexão sobre a necessidade imperiosa de atender à cultura dominante, deve-se precisamente ao facto de estarmos perante uma realidade de relevância impar para a evangelização.

Tal como alertei em todas as comunidades cristãs, exige-se de cada comunidade, de todos os agentes pastorais, nomeadamente das estruturas de corresponsabilidade e comunhão, como é o Conselho Pastoral, e cada um dos grupos e movimentos apostólicos, que dediquem tempo para a análise do contexto cultural em que vivemos e, com verdadeira sabedoria cristã que brota da intimidade com Jesus Cristo, captar as linhas de força de actuação para responder evangelicamente ao tempo em que vivemos.

Este é sem dúvida uma tarefa pastoral prioritária sob pena de não encontrarmos ambiente capaz de acolher a evangelização.

a) A Comunicação Social ao serviço da Evangelização

As comunidades cristãs dão pouco valor à comunicação social. Sobretudo é preocupante a falta de discernimento no que diz respeito a quem recebe a comunicação. Esta realidade torna-se ainda mais premente dado que hoje a comunicação social faz-se não só pelos meios tradicionais, mas sobretudo pelas redes sociais.

Todos os anos, O Papa publica uma mensagem sobre temáticas de relevo na comunicação social para proporcionar uma reflexão séria para o bom uso dos diversos meios.

Também na nossa diocese, iniciámos uma proposta de valorização da comunicação social ajudando todos os educadores na sua utilização tornando-a meio de valorização pessoal, social e de evangelização. Lamentavelmente, tem tido pouca receptividade. É uma tarefa que se pede ao serviço diocesano para a comunicação social de modo a continuar a promover uma autêntica comunicação social, segundo as orientações da Igreja.

O Concílio Vaticano II dedicou parte da sua reflexão a esta problemática e exorta os cristãos dizendo que «a Igreja católica, fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo para levar a salvação a todos os homens, e por isso mesmo obrigada a evangelizar, considera seu dever pregar a mensagem de salvação, servindo-se dos meios de comunicação social, e ensina aos homens a usar rectamente estes meios» (IM. 3).

E, acrescenta, «à Igreja, pois, compete o direito nativo de usar e de possuir toda a espécie destes meios, enquanto são necessários ou úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas; compete, porém, aos sagrados pastores o dever de instruir e de dirigir os fiéis de modo que estes, servindo-se dos ditos meios, alcancem a sua própria salvação e perfeição, assim como a de todo o género humano» (IM. 3).

Se é impossível, hoje, prescindir das redes sociais para uma comunicação mais eficaz, sobretudo entre os jovens, requer-se uma atenção privilegiada por parte das comunidades cristãs para uma verdadeira pastoral das comunicações sociais, tal como nos indica o documento conciliar atrás citado.

b) Os bens culturais ao serviço da Evangelização

Tendo percorrido todas as comunidades cristãs da nossa diocese, fica-se com uma noção mais exacta da riqueza do património cultural e religioso que integram as diversas igrejas e outros templos sagrados e as belíssimas tradições cristãs que continuam a animar o povo das nossas Ilhas.

Se é verdade que a arte sacra e outro património fazem parte de uma história riquíssima de manifestação religiosa e são a expressão mais genuína da cultura de um povo, também é verdade que nos cumpre, hoje, perseverar e valorizar este património, colocando-o no lugar certo e para o qual foi criado, conservando-o e cuidando dele, segundo as normas que a Igreja propõe para a sua dignificação.

A par com uma boa conservação e recuperação do património religioso, em muitas paróquias, verifica-se também algum desleixo, abandono e más práticas na recuperação e conservação.

É obrigação da diocese de zelar pelo cumprimento das regras da boa edificação, conservação e restauro e, para isso, dispõe de um serviço diocesano com competência

e generosamente dedicado para avaliar, ajudar e dar o seu parecer sobre tudo o que diga respeito ao património.

É absolutamente necessário que todos os párocos e conselhos económicos paroquiais se sintam obrigados a submeter qualquer projecto de edificação, restauro ou conservação ao mencionado serviço diocesano.

Também neste domínio importa reconhecer o que nos diz o Concílio Ecuménico Vaticano II. Na Constituição Sacrosanctum Concilium, num dado passo, referindo-se à arte sacra, afirma que «entre as mais nobres actividades do espírito humano estão, de pleno direito, as belas artes, e muito especialmente a arte religiosa e o seu mais alto cimo, que é a arte sacra» (SC, 122).

Na verdade, «elas tendem, por natureza, a exprimir de algum modo, nas obras saídas das mãos do homem, a infinita beleza de Deus, e estarão mais orientadas para o louvor e glória de Deus se não tiverem outro fim senão o de conduzir piamente e o mais eficazmente possível, através das suas obras, o espírito do homem até Deus» (SC. 122).

Aliás, «é esta a razão por que a santa mãe Igreja amou sempre as belas artes, formou artistas e nunca deixou de procurar o contributo delas, procurando que os objectos atinentes ao culto fossem dignos, decorosos e belos, verdadeiros sinais e símbolos do sobrenatural» (SC, 122).

De facto, «a Igreja julgou-se sempre no direito de ser como que o seu árbitro, escolhendo entre as obras dos artistas as que estavam de acordo com a fé, a piedade e as orientações veneráveis da tradição e que melhor pudessem servir ao culto» (SC. 122).

Por isso, recomenda o Concílio que «para emitir um juízo sobre as obras de arte, oçam os Ordinários de lugar o parecer da Comissão de arte sacra e de outras pessoas particularmente competentes, se for o caso (SC.126) E, acrescenta-se, «os Ordinários vigiarão com todo o cuidado para que não se percam nem se alienem as alfaias sagradas e obras preciosas, que embelezam a casa de Deus» (SC. 126).

Certamente reconhece-se que as exigências da diocese encontram o seu fundamento nas normas emanadas do Concílio Vaticano II.

Sob a orientação do Serviço Diocesano dos Bens Culturais, as paróquias devem promover o restauro, a conservação e recuperação dos bens culturais degradados,

bem como promover acções de formação para as pessoas que estão mais relacionadas com o seu uso.

Permito-me aqui sublinhar a importância de as Igrejas estarem abertas para que as pessoas possam aí rezar, visitar ou simplesmente entrar para nelas encontrar alguém que as acolha.

Normalmente, dá-se como desculpa para ter as Igrejas fechadas o facto de o património não estar seguro e ser roubado. Embora compreendendo esta possível situação, ela terá de encontrar uma solução, que hoje é muito fácil, para que as Igrejas estejam abertas.

2. Igreja que serve a pessoa e a sociedade

Cada comunidade cristã deve tomar consciência do papel de serviço que é chamada a prestar à pessoa e à sociedade.

À imagem de Jesus de Nazaré que «veio para servir e não para ser servido» (Mc. 10,45) o baptizado, discípulo de Cristo é chamado a imitar e a seguir o Mestre.

O mundo é o palco não só da vida dos homens mas também onde cresce o Reino de Deus que procura atingir todos homens e mulheres.

Por isso, tal como Jesus afirmou perante Nicodemos dizendo que «tanto amou Deus o mundo, que lhe entregou o seu Filho Unigénito, a fim de que todo o que nele crê não se perca, mas tenha a vida eterna», assim a Igreja tem de ter o mesmo olhar perante o mundo de hoje. E, acrescenta o Evangelho, «de facto, Deus não enviou o seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por Ele (Jo. 3, 16-17).

Respondendo a este apelo para o nosso tempo o Concílio Vaticano II convida a comunidade cristã a sintonizar com as realidades que emanam do mundo actual quando diz: «as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração» (GS, 1).

E, num outro passo, exortam-se os baptizados a decifrarem os Sinais dos Tempos para melhor evangelizarem. Na verdade, «para levar a cabo esta missão, é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas» (GS, 4).

Torna-se necessário, sem dúvida, «conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático» GS, 4).

Prosseguindo este caminho pastoral, S. João Paulo II interpela os cristãos a colocarem-se perante no mundo em atitude de serviço. Diz ele que «para animar cristãmente a ordem temporal, no sentido que se disse de servir a pessoa e a sociedade, os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na “política”, ou seja, da múltipla e variada acção económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum» (ChL, 42).

Na verdade «o respeito pela pessoa humana ultrapassa a exigência de uma moral individual e coloca-se como critério de base, quase como pilar fundamental, na estruturação da própria sociedade, sendo a sociedade inteiramente finalizada para a pessoa» (ChL,39).

Contudo, acrescenta-se que «intimamente ligada à responsabilidade de servir a pessoa põe-se a responsabilidade de servir a sociedade, qual tarefa geral daquela animação cristã da ordem temporal a que os fiéis leigos são chamados segundo as modalidades próprias e específicas» (ChL, 39).

São grandes os desafios e os debates pelos quais passa a sociedade de hoje. A Igreja deve estar onde estão as pessoas humanas colocando-se sempre na defesa da dignidade humana e da edificação do bem comum.

Tal como fui verificando e alertando ao longo da visita pastoral a par com muitas actividades de carácter de intervenção social, com diversas instituições de cariz cristão que acutuam na sociedade ao lado dos mais excluídos nota-se um deficit de consciência comunitária e de participação cristã nos lugares e domínios onde se

decidem os projectos para a vida das pessoas, na dimensão política, social, cultural, educativa, laboral, ...

Deixo uma palavra de estímulo à Comissão Diocesana Justiça e Paz de modo a que continue a oferecer a sua reflexão segundo a doutrina social da Igreja, iluminando, deste modo, as diversas realidades do mundo e oferecendo a luz do Evangelho aos que anseiam pela sua dignidade e pela promoção do bem comum.

Escutar os Sinais dos Tempos, dialogar com o mundo actual, colocar-se evangelicamente no meio dos dramas por passa o homem de hoje, é algo de fundamental para a vida e missão de uma comunidade cristã que em todos os seus membros se sente interpelada por Jesus de Nazaré à missão de ser testemunha da Boa Nova para o mundo de hoje.

3. A Comunidade Cristã como primeiro agente evangelizador

Logo no início da Igreja e correspondendo ao desejo expresso de Jesus de Nazaré, a fé cristã vivia-se, testemunhava-se e transmitia-se em comunidade. Isto está muito patente no Livro dos Actos que diz o seguinte: «eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações. Perante os inumeráveis prodígios e milagres realizados pelos Apóstolos, o temor dominava todos os espíritos. Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um».

E, continua o texto, «como se tivessem uma só alma, frequentavam diariamente o templo, partiam o pão em suas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e tinham a simpatia de todo o povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número dos que tinham entrado no caminho da salvação (Act. 2, 42-47).

Durante vários séculos, as comunidades cristãs mantiveram este rosto e dinamismo comunitária. Contudo, com o passar do tempo, esta configuração comunitária ficou reservada aos mosteiros e conventos e as paróquias transformaram-se num espaço onde os fiéis dependiam dos serviços religiosos do clero.

O Concílio Ecuménico Vaticano II, no propósito de renovar a Igreja para a colocar no objectivo único da sua missão que é evangelizar, colheu das suas origens, na

Escritura e no período dos Padres da Igreja, a melhor configuração e dinamismo para a acção evangelizadora, recuperando a sua fisionomia comunitária.

Neste sentido, a Igreja é denominada de Povo de Deus. A este Povo todos são chamados. Segundo a doutrina conciliar, «na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10)» (LG. 10).

E, acrescenta-se, «por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), dêem testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que Lha pedirem dêem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15)» (LG.10).

Importa, então, promover verdadeiras comunidades cristãs. Sem elas não é possível evangelizar.

A comunidade cristã é formada pelos batizados que escutam a Palavra de Deus e por ela se deixam renovar, que celebram a Eucaristia de forma plena, consciente e activa (SC, 14) e nela encontram o alimento para uma vida que se expressa na comunhão e partilha fraterna e prepara para a missão evangelizadora no meio do mundo.

Eu diria que, dada a pouca relevância comunitária das nossas comunidades cristãs, esta é sem dúvida uma das principais tarefas de todos os responsáveis pela vida das nossas paróquias.

Temos forçosamente de passar de um rosto de paróquia enquanto local de serviços religiosos para uma expressão de verdadeira comunidade.

Neste sentido, a par com muitas actividades de que se reveste a acção evangelizadora nas paróquias, deve atender-se a um núcleo comunitário formado por todos os batizados que participam de forma activa, consciente e plena na eucaristia, dedicar-lhes acções de formação e de vivência cristã que favoreça os laços comunitários.

Neste grupo estão os membros do Conselho Pastoral e todos os que integram os diversos grupos, movimentos e sectores da vida da paróquia.

A exemplo de Jesus Cristo, a comunidade cristã é chamada a edificar-se através do anúncio, da celebração litúrgica e da partilha fraterna. Estes sectores da vida comunitária devem merecer o máximo de atenção e de valorização pastoral.

- a) Sector do anúncio – valorização dos catequistas; integração dos pais; cuidar da homilia e promover a Palavra de Deus. Pede-se aos párocos o acompanhamento e formação dos catequistas e a clareza na idoneidade cristã de quem se dispõe a realizar este serviço na Igreja.

A proclamação do Kerigma, a catequese sistemática, a formação bíblica, a lectio divina e a preparação da homilia são fundamentais para a edificação de uma verdadeira comunidade cristã, com a participação de cristãos conscientes.

Quanto à catequese, auscultemos o que nos diz o Papa Francisco quando sublinha que «voltámos a descobrir que também na catequese tem um papel fundamental o primeiro anúncio ou querigma, que deve ocupar o centro da actividade evangelizadora e de toda a tentativa de renovação eclesial. O querigma é trinitário» (EG, 164).

E acrescenta que «outra característica da catequese, que se desenvolveu nas últimas décadas, é a iniciação mistagógica, que significa essencialmente duas coisas: a necessária progressividade da experiência formativa na qual intervém toda a comunidade e uma renovada valorização dos sinais litúrgicos da iniciação cristã» (EG, 166).

No que respeita à homilia realça o Santo Padre que «um pregador é um contemplativo da Palavra e também um contemplativo do povo» (EG, 154). De facto, «a preparação da pregação é uma tarefa tão importante que convém dedicar-lhe um tempo longo de estudo, oração, reflexão e criatividade pastoral» (EG. 145).

Aliás, a homilia deve proclamar-se em contexto litúrgico e, deste modo, «não pode ser um espectáculo de divertimento, não corresponde à lógica dos recursos mediáticos, mas deve dar fervor e significado à celebração» (EG. 138). Realmente, «é um género peculiar, já que se trata de uma pregação no quadro duma celebração litúrgica; por conseguinte, deve ser breve e evitar que se pareça com uma conferência ou uma lição» (EG. 138).

Na verdade, «a homilia pode ser, realmente, uma experiência intensa e feliz do Espírito, um consolador encontro com a Palavra, uma fonte constante de renovação e crescimento» (EG. 135).

A renovação das comunidades cristãs depende do cuidado e da preparação, do itinerário e do zelo que se colocar em todas as formas de anúncio.

Pede-se a cada paróquia e a cada Ouvidoria que articule a formação de catequistas com o serviço diocesano de catequese.

- b) Sector Litúrgico – promover os diversos serviços para uma digna e frutuosa celebração – Leitores, Acólitos, Coro, Ministros Extraordinários da Comunhão; cuidar da beleza da liturgia e do espaço litúrgico. A pastoral dos doentes exige que se promova o serviço eclesial da distribuição da comunhão.

A celebração litúrgica é espelho da comunidade cristã. Começa por ser a celebração da Igreja. Não está á mercê dos caprichos de cada um, pelo contrário, a comunidade reúne-se para celebrar os mistérios da fé segundo as orientações da Igreja.

Como afirma o Concílio Ecuménico Vaticano II, «a Liturgia, pela qual, especialmente no sacrifício eucarístico, “se opera o fruto da nossa Redenção”, contribui em sumo grau para que os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja, que é simultaneamente humana e divina, visível e dotada de elementos invisíveis, empenhada na acção e dada à contemplação, presente no mundo e, todavia, peregrina, mas de forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a acção à contemplação, e o presente à cidade futura que buscamos» (SC. 2).

Na verdade, «a Liturgia, ao mesmo tempo que edifica os que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em morada de Deus no Espírito, até à medida da idade da plenitude de Cristo, robustece de modo admirável as suas energias para pregar Cristo e mostra a Igreja aos que estão fora, como sinal erguido entre as nações, para reunir à sua sombra os filhos de Deus dispersos, até que haja um só rebanho e um só pastor (SC, 2).

Deste modo, «qualquer celebração litúrgica é, por ser obra de Cristo sacerdote e do seu Corpo que é a Igreja, acção sagrada por excelência, cuja eficácia, com o

mesmo título e no mesmo grau, não é igualada por nenhuma outra acção da Igreja» (SC.7).

Dado que «para assegurar esta eficácia plena, é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, não aconteça de a receberem em vão»; recomenda o Concílio que «devem os pastores de almas vigiar por que não só se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida e lícita, mas também que os fiéis participem nela consciente, activa e frutuosa» (SC. 11).

Para esta consciente, activa e frutuosa participação dos fiéis, não só se exige que se manifestem na celebração litúrgica a riqueza dos ministérios sejam ordenados sejam laicais com os quais o Espírito Santo enriquece o Povo de Deus, como também uma adequada formação litúrgica. Assim, convido o serviço diocesano de liturgia e a comissão diocesana de musica sacra a colocarem todos os seus esforços em articulação com as comunidades cristãs, nomeadamente os responsáveis por este sector pastoral, na promoção da formação litúrgica.

- c) Sector da partilha fraterna – é o que se apresenta mais enfraquecido. Conta-se com a Cáritas de Ilha e com algumas experiências de Conferências Vicentinas, Centros Sociais e Misericórdias.

Não poderá haver qualquer dúvida de que é uma área pastoral absolutamente necessária para a identidade de cada comunidade cristã. Por isso, pede-se um esforço por promover a partilha fraterna em cada paróquia.

A Igreja de Jesus Cristo, como Seu Corpo, desenvolve em si mesma as dimensões que estão presentes no Mestre. Jesus de Nazaré revelou-se como profeta, sacerdote e servidor.

São três áreas da vida pastoral essenciais para que a Igreja seja verdadeiramente testemunha do Ser de Cristo.

Neste sentido, a par com a dimensão do anuncio e da liturgia, é fundamental a dimensão da partilha fraterna e do serviço aos pobres e excluídos.

Porque Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo, «a partir do coração do Evangelho, reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana, que se deve necessariamente exprimir e desenvolver em toda a

acção evangelizadora» (EG. 178). Aliás, «a aceitação do primeiro anúncio, que convida a deixar-se amar por Deus e a amá-Lo com o amor que Ele mesmo nos comunica, provoca na vida da pessoa e nas suas acções uma primeira e fundamental reacção: desejar, procurar e ter a peito o bem dos outros» (EG. 178).

Na verdade, «como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente dessa natureza a caridade efectiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove» (EG. 179).

Estejamos certos de que a credibilidade da Igreja, de cada comunidade cristã e de cada cristão, está no modo como se acolhe e se partilha com os pobres e excluídos.

De facto, «cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo» (EG. 187).

Uma vez animados pelos seus Pastores, os cristãos são chamados, em todo o lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres, este imperativo faz-se carne em nós, quando no mais íntimo de nós mesmos nos comovemos à vista do sofrimento alheio (cfr. EG. 193).

Uma comunidade cristã missionária, evangelizadora e renovada pela acção do Espírito terá de incorporar em si mesma a atenção aos mais pobres e de modo organizado responder às exigências das exclusões que se vivam no seu seio.

Muito bom trabalho tem realizado o serviço diocesano da pastoral social e a comissão diocesana da pastoral da saúde, contudo, dadas as continuas emergências sociais, exige-se uma permanente atenção e mobilização de todas as comunidades cristãs para responderem às situações de pobreza e exclusão social.

O mesmo apelo faço à comissão da mobilidade humana, dado que estamos numa Região de muita emigração.

Finalmente, referir-nos à comunidade como agente evangelizador forçosamente temos de mencionar o itinerário de iniciação cristã como absolutamente imprescindível para formar o cristão, discípulo de Jesus Cristo, com a consciência plena da sua participação na Eucaristia e através dela na comunidade cristã e na evangelização do mundo.

4. A renovação da paróquia

A par com edificação de uma comunidade cristã consciente e activa está o apelo à renovação da paróquia.

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco, ao referir-se à paróquia, diz que esta «não é uma estrutura caduca; precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade» (nº 28).

Aliás, «embora não seja certamente a única instituição evangelizadora, se for capaz de se reformar e adaptar constantemente, continuará a ser “a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas”.

E, acrescenta-se, «isto supõe que esteja realmente em contacto com as famílias e com a vida do povo, e não se torne uma estrutura complicada, separada das pessoas, nem um grupo de eleitos que olham para si mesmos» (nº 28). Na verdade, «a paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração» (nº 28).

De facto, «através de todas as suas actividades, a paróquia incentiva e forma os seus membros para serem agentes da evangelização» (nº 28).

Em síntese, «é comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário» (nº 28). Lança-se, então a advertência, sublinhando que «temos, porém, de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão» (nº 28).

No processo de renovação da paróquia é imperativo que se constituam devidamente homologados o Conselho Pastoral Paroquial e o Conselho Económico Paroquial. Esta é uma exigência conciliar e um direito de todos os fiéis cristãos a participarem activamente na vida da comunidade cristã.

Sendo a paróquia o espaço de vivência cristã mais próximo das pessoas, este apelo que nos vem do Papa no sentido de renovação das paróquias é da máxima urgência na nossa diocese.

5. A integração dos Movimentos Apostólicos na missão evangelizadora da paróquia

Se é certo que as paróquias têm capacidade de se renovarem à luz da doutrina conciliar e através da sua iluminação transformarem-se em verdadeiras comunidades cristãs, também é verdade, que o Espírito Santo, ao longo do tempo e também hoje, oferece à sua Igreja dinamismos comunitários e evangelizadores que devem ser acolhidos pelas paróquias a que chamados de Movimentos Apostólicos, associações de fiéis ou pequenas comunidades.

No texto do Papa Francisco, atrás citado, refere-se que «as outras instituições eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação são uma riqueza da Igreja que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e sectores» (EG, 29).

Aliás, «frequentemente trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja» (EG, 29). Contudo, sabiamente deve estabelecer-se a relação entre paróquias e estas instâncias evangelizadoras dado que «é muito salutar que não percam o contacto com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja particular» (EG, 29).

Na verdade, «esta integração evitará que fiquem só com uma parte do Evangelho e da Igreja, ou que se transformem em nómadas sem raízes» (EG, 29).

Poderíamos ficar por esta citação que de algum modo sintetiza o pensar da Igreja sobre a relação da paróquia e os movimentos apostólicos e que para a nossa realidade diocesana é uma urgência. Porém, ajuda-nos a consciencializarmo-nos sobre este contributo evangelizador o que S. João Paulo II nos refere na Exortação Pos-sinodal *Christifideles Laici*. Neste texto sublinha-se que se devem favorecer «as pequenas comunidades eclesiais de base, também chamadas comunidades vivas, onde os fiéis possam comunicar entre si a Palavra de Deus e exprimir-se no serviço e no

amor; estas comunidades são autênticas expressões da comunhão eclesial e centros de evangelização, em comunhão com os seus Pastores» (nº 26).

E, num dado passo, realça-se que a par com outros factores, «a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um «sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo» (nº 29).

Deveras, «é um “sinal” que deve manifestar-se nas relações de “comunhão”, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã» (nº 29).

Aliás, «é a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado o “direito” de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de “critérios” de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas» (nº 29).

Verificamos que os movimentos de apostolado estão muito enfraquecidos e por isso a necessitar de um novo impulso nas diversas paróquias da diocese; mas é igualmente necessária uma renovada consciencialização e empenho dos responsáveis das comunidades cristãs, nomeadamente dos sacerdotes.

6. Comunidades Cristãs promotoras de serviços e ministérios eclesiais – comunhão orgânica, participativa e corresponsável pela missão

O Papa Francisco define a Igreja como comunidade de discípulos missionários. Deste modo, «a evangelização é dever da Igreja». Na verdade, «este sujeito da evangelização, porém, é mais do que uma instituição orgânica e hierárquica; é, antes de tudo, um povo que peregrina para Deus». Prioritariamente, «trata-se certamente de um mistério que mergulha as raízes na Trindade, mas tem a sua concretização histórica num povo peregrino e evangelizador, que sempre transcende toda a necessária expressão institucional» (EG.111).

Realmente, «em todos os baptizados, desde o primeiro ao último, actua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar» (EG, 119).

Deste modo, «em virtude do Baptismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. *Mt 28, 19*)» (EG. 120). Mais ainda, «cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito activo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas acções» (EG. 120). Aliás, «a nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados» (EG. 120).

Sempre no contexto de promoção da comunhão eclesial e na edificação de uma comunidade em que todos os batizados são chamados a participar activamente na vida e na missão da Igreja, urge intensificar o apelo que vem do Concílio Vaticano II desenvolvendo os carismas e serviços eclesiais de modo a que a comunidade cristã corresponda à vontade expressa por Jesus de Nazaré e renovada na doutrina conciliar para um testemunho missionário no mundo de hoje.

Na maior parte das nossas paróquias, estamos ainda numa dinâmica religiosa com pouco rosto comunitário e em consequência também muito limitada na corresponsabilidade de todos os batizados na missão da Igreja.

Na verdade «a comunhão dos cristãos com Jesus tem por modelo, fonte e meta a mesma comunhão do Filho com o Pai no dom do Espírito Santo: unidos ao Filho no vínculo amoroso do Espírito, os cristãos estão unidos ao Pai» (ChL, 18).

Daí que «a comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão “orgânica”, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de facto, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementariedade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades» (ChL, 20).

Se atendermos que esta concretização é obra do Espírito Santo, teremos de nos colocar em atitude escuta e de saborear a verdadeira sabedoria para sermos dóceis ao que o Espírito de Deus quer para a nossa Igreja nos nossos tempos. Aliás, «a comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade» (ChL, 20). Assim, tomemos consciência que «isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a

cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas» (ChL, 20).

Urge promover os ministérios e serviços, sejam os ordenados, sejam os laicais, e ainda promover o carisma de consagração na vida religiosa e na vida laical.

6.1. A Promoção e renovação do ministério dos Presbíteros

O Concílio Vaticano II dedicou parte significativa da sua reflexão ao ministério dos presbíteros. Posteriormente, são muitas as intervenções do Magistério da Igreja a ajudar a renovar o seu ser e o seu agir, culminando num notável documento de S. João Paulo II «Pastores Dabo Vobis» que recolhe as preocupações que se levantam sobre este ministério, tendo em conta a realidade do mundo actual, oferece um rosto evangélico ao presbítero na Igreja e no mundo.

Sendo o ministério com maior visibilidade na Igreja, reconhece-se o seu carácter profético logo a partir do ser do sacerdote. Quanto mais o mundo se afasta de Deus e se envolve no materialismo, tanto mais a configuração do presbítero com a pessoa de Jesus Cristo, pobre, casto e obediente, se torna sinal de contradição.

Os presbíteros da nossa diocese são chamados a serem no meio do mundo profetas de realidades novas e não ter medo de serem sinal de contradição perante o mundo que oferece outros critérios e valores para a vida do homem de hoje.

O presbítero é chamado a viver continuamente na comunhão presbiteral com os seus irmãos no sacerdócio. «Não há presbíteros, há presbitério». Esta é uma meta nunca alcançada plenamente mas urgente de ser percorrida pelo presbitério diocesano.

Ainda somos muito «presbíteros», pessoas a viver e a trabalhar isoladas dos outros; tantas vezes em atitude de rivalidade, de maledicência, de autoreferencialidade e criticismo. É urgente e primordial para um verdadeiro testemunho de comunhão eclesial, à maneira dos Apóstolos, que progridamos na edificação de um presbitério a viver na comunhão e na unidade.

De facto, «não se pode definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com

Deus e da unidade de todo o género humano» (PdV, 12). Aliás, «neste contexto, a eclesiologia de comunhão se torna decisiva para explicar a identidade do presbítero, a sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo» (PdV, 12).

Tal como nos refere o Papa S. João Paulo II, «a prioritária tarefa pastoral da nova evangelização, que diz respeito a todo o Povo de Deus e postula um novo ardor, novos métodos e uma nova expressão para o anúncio e o testemunho do Evangelho, exige sacerdotes, radical e integralmente imersos no mistério de Cristo, e capazes de realizar um novo estilo de vida pastoral, marcado por uma profunda comunhão com o Papa, os Bispos e entre si próprios, e por uma fecunda colaboração com os leigos, no respeito e na promoção dos diversos papéis, carismas e ministérios no interior da comunidade eclesial» (PdV. 18).

O presbítero é pastor à imagem do Bom Pastor. Na verdade, «os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor, proclamam a Sua palavra com autoridade, repetem os seus gestos de perdão e oferta de salvação, nomeadamente com o Baptismo, a Penitência e a Eucaristia, exercitam a sua amável solicitude, até ao dom total de si mesmos, pelo rebanho que reúnem na unidade e conduzem ao Pai por meio de Cristo no Espírito» (PdV. 15).

Conclui-se, deste modo, que «os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor» (PdV. 15).

A realidade do Bom Pastor, com a qual Jesus de Nazaré se quis identificar dizendo «Eu sou o Bom Pastor» deve impregnar todo o ser e agir do presbítero.

O Bom Pastor tem uma intimidade de vida com Jesus Cristo para receber d'Ele a vida que se caracteriza pela entrega total; despojando-se a si próprio; afastando-se das riquezas deste mundo para viver na liberdade que proporciona a vivência do amor total a Deus e aos irmãos; valorizando a fidelidade a Jesus Cristo vivida na obediência e com coração indiviso vive a castidade com alegria e profunda realização para a entrega total do seu ser a Cristo e à Sua Igreja.

Deste modo, encontra-se com a sua verdadeira identidade e situa-se nas condições necessárias para viver na alegria, na simplicidade, com humildade, na partilha e em comunhão com os seus irmãos.

De facto o presbítero, antes de qualquer tarefa e através de todas as tarefas, é o «é o homem de Deus, aquele que pertence a Deus e faz pensar em Deus». Daí que «os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com todo o gosto e lhes testemunha uma sincera simpatia, mas também e sobretudo um homem que os ajuda a ver Deus, a subir em direcção a Ele» (PdV, 47).

Deste modo, «é necessário, portanto, que o sacerdote seja formado para uma profunda intimidade com Deus». Aliás, «aqueles que se preparam para o sacerdócio devem compreender que todo o valor da sua vida sacerdotal dependerá do dom que souberem fazer de si mesmos a Cristo e, por meio de Cristo, ao Pai» (PdV,47).

Para que tal aconteça, teremos de caminhar em presbitério para dispor de condições materiais, pela partilha económica entre os presbíteros, meios espirituais e de formação permanente, tendo em conta a dimensão humana, espiritual, intelectual e pastoral. Então, podemos responder ao apelo do Santo Padre o Papa Francisco quando denuncia os chamados «presbíteros funcionários» agarrados às suas seguranças e transformando a sua vida pastoral numa burocracia.

Ao querermos presbíteros, à imagem do Bom Pastor, estamos a apresentar a fisionomia pastoral do sacerdote de hoje que coloca toda a sua vida na entrega aos fiéis que lhe estão confiados; está próximo dos excluídos e pobres e, por isso, a sua vida revela austeridade, modéstia e sobriedade, escolhe o caminho da pobreza à maneira de Jesus Cristo; acolhe a todos e sabe discernir os caminhos que levam à edificação de uma comunidade integradora e evangélica; assume o papel de presidente da comunidade mas para fomentar os serviços e ministérios; visita as famílias e os doentes e na alegria que transparece da sua vida provoca nos jovens o desejo de se entregarem a Jesus Cristo no sacerdócio; sabe atribuir responsabilidades e anima todos os cristãos na sua missão própria na Igreja e no mundo; dedica o seu tempo à formação dos cristãos e a preparar bem as celebrações litúrgicas; está disponível para atender no sacramento da reconciliação e para esclarecer as consciências.

Pela sua formação intelectual e fortaleza interior sabe estar atento às situações do mundo actual, sabendo dialogar com todas as pessoas sem vacilar na denuncia do mal.

Dando graças a Deus pelos nossos sacerdotes, não posso deixar de lançar este apelo a que todos caminhemos para uma identificação mais nítida a Jesus Cristo o Bom Pastor.

6.2. Fomentar as vocações – nomeadamente as sacerdotais

O processo evangelizador deve conduzir o cristão à sua participação activa e consciente numa comunidade cristã e nela encontrar-se com Jesus Cristo vivo que interpela, chamando e enviando. Por isso, o papel das famílias cristãs, do pároco e outros sacerdotes, dos catequistas, dos educadores católicos e de todos os agentes de pastoral, nomeadamente junto dos adolescentes e jovens, é de orientar a pessoa que lhe está confiada para se encontrar com Jesus Cristo e ajudar a discernir os sinais pelos quais Ele chama cada um a uma vocação e conseqüentemente à missão.

É urgente e absolutamente necessário orientar toda a formação cristã com este objectivo e ordenar todas as actividades evangelizadoras nesta direcção.

Na verdade, constatamos que «os jovens de hoje, com a força e a pujança típicas da idade, são portadores dos ideais que fazem caminho na história: a sede da liberdade, o reconhecimento do valor incomensurável da pessoa, a necessidade da autenticidade e da transparência, um novo conceito e estilo de reciprocidade nas relações entre homem e mulher, a procura sincera e apaixonada de um mundo mais justo, solidário e unido, a abertura e o diálogo com todos, o empenho a favor da paz» (PdV, 9).

Aliás, «o desenvolvimento, tão rico e vivo em muitos jovens do nosso tempo, de numerosas e variadas formas de voluntariado presente nas situações mais esquecidas e difíceis da nossa sociedade, representa hoje um recurso educativo particularmente importante, porque estimula e ajuda os jovens a um estilo de vida mais desinteressado, aberto e solidário com os pobres» (PdV. 9).

De facto, «isto pode facilitar a compreensão, o desejo e o acolhimento de uma vocação para o serviço estável e total aos outros, no caminho da plena consagração a Deus por uma vida sacerdotal» (PdV. 9).

Usando as palavras da Exortação pos-sinodal, Pastores Dabo Vobis, teremos de afirmar que «sim, a dimensão vocacional é conatural e essencial à pastoral da Igreja».

Isto significa que «a razão está no facto de que a vocação define, em certo sentido, o ser profundo da Igreja, ainda antes do seu operar» (PdV. 34).

Realmente, «no próprio nome da Igreja, Ecclesia, está indicada a sua íntima fisionomia vocacional, porque ela é verdadeiramente "convocação", assembleia dos chamados: "A todos aqueles que olham com fé para Jesus, como autor da salvação e princípio da unidade e da paz, Deus convocou-os e constituiu com eles a Igreja, para que seja para todos e cada um o sacramento visível desta unidade salvífica"» (PdV. 34).

Importa edificar nas comunidades cristãs uma verdadeira cultura vocacional com a qual se criem as condições para que cada um possa escutar, viver e explicitar o chamamento de Jesus Cristo e responder-lhe com generosidade.

6.3. Promoção do ministério do Diácono Permanente

A nossa diocese conta com um pequeníssimo grupo de diáconos permanentes. Passados mais de cinquenta anos do Concílio Vaticano II que renovou e recuperou este ministério para o ser da Igreja, importa dar-lhe importância e escutar o que o Espírito de Deus quer para a nossa Igreja diocesana.

Sem dúvida que é uma lacuna no rosto de uma Igreja que se quer ministerial e que está atenta ao querer de Deus para si mesma.

A Constituição Conciliar *Lumen Gentium*, ao referir-se aos diáconos permanentes afirma que «fortalecidos com a graça sacramental, servem o Povo de Deus em união com o Bispo e o seu presbitério, no ministério da Liturgia, da palavra e da caridade». Mais ainda, «é próprio do diácono, segundo for cometido pela competente autoridade, administrar solenemente o Baptismo, guardar e distribuir a Eucaristia, assistir e abençoar o Matrimónio em nome da Igreja, levar o viático aos moribundos, ler aos fiéis a Sagrada Escritura, instruir e exortar o povo, presidir ao culto e à oração dos fiéis, administrar os sacramentais, dirigir os ritos do funeral e da sepultura» (LG. 29).

Tratando-se de um ministério ordenado, o candidato deve revelar sinais do chamamento divino para este serviço. Compete ao Bispo e aos seus presbíteros, nomeadamente o pároco, reconhecer os sinais respectivos e estabelecer o diálogo

com o candidato e com a sua família, se for casado, para o orientar para a adequada formação e posterior ordenação.

Teremos de dar passos firmes em ordem a dotarmos a nossa diocese com este ministério ordenado que oferecerá à comunidade um rosto mais evangélico e de serviço.

6.4. Valorização da Vida Religiosa

A diocese de Angra, em todas as suas ilhas, não se compreende sem a riquíssima história que conta com a presença da vida religiosa.

Ao longo do tempo, devido a diversas vicissitudes, na maior parte dos institutos religiosos ficaram a ruína dos seus mosteiros. Hoje é muito reduzida a presença dos religiosos na diocese.

O carisma religioso é a alma de uma comunidade cristã. Por isso, é uma grande falta na evangelização o reduzido número de religiosos(as) com presença activa na nossa Igreja particular.

Como refere o Concílio Vaticano II, «os conselhos evangélicos de castidade consagrada a Deus, de pobreza e de obediência, visto que fundados sobre a palavra e o exemplo de Cristo e recomendados pelos Apóstolos, pelos Padres, Doutores e Pastores da Igreja, são um dom divino, que a mesma Igreja recebeu do seu Senhor e com a Sua graça sempre conserva» (LG. 43).

Atendendo a este dom divino, «a autoridade da Igreja, sob a direcção do Espírito Santo, cuidou de regular a sua prática e também de constituir, à base deles, formas estáveis de vida» (LG. 43).

No decurso da história tal sucedeu, «como em árvore plantada por Deus e maravilhosa e variamente ramificada no campo do Senhor, surgiram diversas formas de vida, quer solitária quer comum, e várias famílias religiosas, que vêm aumentar as riquezas espirituais, tanto em proveito dos seus próprios membros como no de todo o Corpo de Cristo» (LG. 43).

A Igreja define o serviço dos religiosos dizendo que «a profissão dos conselhos evangélicos aparece assim como um sinal, que pode e deve atrair eficazmente todos os

membros da Igreja a corresponderem animosamente às exigências da vocação cristã» (LG. 44).

E, uma vez que «o Povo de Deus não tem na terra a sua cidade permanente, mas vai em demanda da futura, o estado religioso, tornando os seus seguidores mais livres das preocupações terrenas, manifesta também mais claramente a todos os fiéis os bens celestes, já presentes neste mundo; é assim testemunha da vida nova e eterna, adquirida com a redenção de Cristo, e preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celeste» (LG. 44).

De facto, «o mesmo estado religioso imita mais de perto, e perpetuamente representa na Igreja aquela forma de vida que o Filho de Deus assumiu ao entrar no mundo para cumprir a vontade do Pai, e por Ele foi proposta aos discípulos que O seguiam» (LG. 44).

E, conclui-se dizendo que «finalmente, o estado religioso patenteia de modo especial a elevação do reino de Deus sobre tudo o que é terreno e as suas relações transcendentais; e revela aos homens a grandeza do poder de Cristo Rei e a potência infinita com que o Espírito Santo maravilhosamente actua na Igreja» (LG. 44).

Fica bem enunciada a importância da vida religiosa na comunidade cristã. Exige-se uma atenção particular para que se integrem cada vez mais as comunidades religiosas na vida pastoral seja da diocese seja das paróquias, e estas devem empenhar-se na promoção das vocações à vida religiosa.

6.5. Responsabilidade dos Leigos na vida da Igreja

A participação dos leigos na vida e na missão da Igreja tem merecido atenção doutrinal, mas não foi acompanhada pela sua legítima responsabilização.

A nossa diocese contou com um marco muito importante na consciencialização do papel dos leigos na vida da Igreja que foi o Congresso Diocesano de Leigos. Soma-se ainda a numerosa participação de leigos que orientam diversos serviços diocesanos e movimentos de apostolado; são variadíssimos os leigos que têm responsabilidades na catequese, na liturgia, no serviço aos doentes e nos diversos organismos de partilha fraterna; acresce o elevado número de leigos que leccionam a disciplina de Religião e Moral Católica nas escolas e em outras funções.

Este facto leva-nos a uma actitude acção de graças a Deus e de reconhecimento pela formação e promoção do laicado que se tem vindo a fazer na diocese.

Contudo, temos que reconhece que há ainda uma longa caminhada para que os leigos tenham o lugar que lhes é devido na sua participação activa e consciente na comunidade cristã.

Pelo baptismo, os leigos participam a seu modo do sacerdócio, da profecia e do serviço de Jesus Cristo e «exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja se no mundo» (LG. 31).

Afirma ainda o Concilio que «é própria e peculiar dos leigos a característica secular» (LG, 31).

De facto, «por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus» (LG. 31). Assim, «vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e actividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência»(LG. 31).

E, deste modo, «são chamados por Deus para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e caridade» (LG. 31).

Realmente, «a eles compete especialmente, iluminar e ordenar de tal modo as realidades temporais, a que estão estreitamente ligados, que elas sejam sempre feitas segundo Cristo e progridam e glorifiquem o Criador e Redentor» (LG. 31).

Aos leigos pertence por autoridade própria evangelizar, pela palavra e pelo testemunho, o mundo da família, da profissão, da politica e sindicatos, das associações e colectividades, nas escolas e na cultura, isto é, tudo o que diz respeito à actividade humana no mundo.

Mas se a dimensão secular é própria e peculiar dos leigos, estes são chamados também a participar activamente nos diversos ministérios seja no anuncio, seja na liturgia, seja sobretudo na partilha fraterna e na caridade, em comunhão e respeitando o que é próprio do ministério ordenado.

As comunidades cristãs terão de caminhar decididamente para a valorização dos serviços e do papel que os leigos são chamados a realizar para a evangelização do mundo de hoje.

Podemos afirmar que sem a responsabilização dos leigos, a evangelização ficará muito limitada e mesmo truncada em muitos sectores da nossa sociedade.

Mas os leigos são ainda chamados a participar nos organismos de comunhão, participação e corresponsabilidade na comunidade, nomeadamente os conselhos paroquiais de pastoral e económico. Aí são convidados a enriquecer com a sua reflexão os planos e orientações que se afiguram mais aptas para edificar uma comunidade cristã evangelizadora.

Alguns sectores a valorizar pastoralmente:

- a) Pastoral familiar. Já ninguém duvida da necessidade de atender à família e encontrar respostas para as suas diversas situações. Torna-se necessário promover mais a pastoral familiar. Em cada Ouvidoria e mesmo em cada paróquia exige-se uma equipa dinamizadora da Pastoral Familiar que articule o seu trabalho pastoral com o serviço diocesano da Pastoral Familiar. A partir da Exortação *Amoris Laetitia* do Papa Francisco, temos acesso a um programa completo para o que deve ser a pastoral familiar.
- b) Pastoral de Jovens. As comunidades cristãs necessitam da integração dos jovens e estes necessitam de pertença e protagonismo na comunidade. Nas paróquias mais pequenas, dada a escassez de jovens, deve-se promover, a nível da Ouvidoria, algumas acções de formação e de acompanhamento dos jovens, ao longo do ano. Também no domínio da pastoral juvenil, o Papa Francisco, na Exortação *Christus Vivit*, oferece um itinerário de formação, de integração comunitária, de promoção vocacional e da importância dos jovens na missão da Igreja.

Seja na preparação das Jornadas Mundiais, Lisboa/2023, seja na sua integração na caminhada sinodal diocesana, muito se espera dos jovens e do serviço diocesano da pastoral de jovens com o seu contributo para a renovação da nossa Igreja diocesana.

7. Promover a Formação Cristã dos Fiéis Leigos

É da máxima importância e urgência o cuidar da formação cristã de todos os batizados, incluindo os fiéis leigos.

Quando se exige aos batizados que se sintam integrados e participantes activos e conscientes de uma comunidade cristã, corresponsáveis pela missão da Igreja e com uma presença no meio do mundo à maneira do fermento, terá forçosamente de se assentar numa formação adequada e ajustada às exigências da responsabilidade que competem aos leigos.

No texto da Exortação *Christifideles Laici*, já citado, afirma-se que «a formação dos fiéis leigos tem como objectivo fundamental a descoberta cada vez mais clara da própria vocação e a disponibilidade cada vez maior para vivê-la no cumprimento da própria missão» (ChL. 58).

Verdadeiramente, «Deus chama-me e envia-me como trabalhador para a Sua vinha; chama-me e envia-me a trabalhar para o advento do Seu Reino na história: esta vocação e missão pessoal definem a dignidade e a responsabilidade de cada fiel leigo e constitui o ponto forte de toda a acção formativa, em ordem ao reconhecimento alegre e agradecido de tal dignidade e ao cumprimento fiel e generoso de tal responsabilidade» (ChL. 58).

E, acrescenta o referido texto que «para poder descobrir a vontade concreta do Senhor sobre a nossa vida, são sempre indispensáveis a escuta pronta e dócil da palavra de Deus e da Igreja, a oração filial e constante, a referência a uma sábia e amorosa direcção espiritual, a leitura, feita na fé, dos dons e dos talentos recebidos, bem como das diversas situações sociais e históricas em que nos encontramos» (ChL. 58).

A formação dos leigos deve atender a todos os aspectos da sua vida e por isso deve ser integral. Aliás «ao descobrir e viver a própria vocação e missão, os fiéis leigos devem ser formados para aquela unidade, de que está assinalada a sua própria situação de membros da Igreja e de cidadãos da sociedade humana» (ChL. 59).

A diocese conta com a Vigararia para a formação que lhe compete animar, coordenar e oferecer itinerários de formação adequados às realidades das diversas

comunidades cristãs; com a reinstalação do Instituto Católico da Cultura, reconhece-se que muito proveito se poderá colher na formação e no diálogo entre a fé e a cultura; e sobretudo as escolas de Ouvidoria que graças a Deus vão-se fomentando e promovendo em todas as Ouvidorias e a elas compete organizar e concretizar as diversas acções necessárias à formação dos leigos das suas comunidades cristãs.

Sem dúvida teremos também de mencionar o que é de riqueza formativa o facto de contarmos com o Seminário Maior como Escola Superior de Teologia.

As estruturas estão criadas e definidas. Muitas acções de formação cristã se vão desenvolvendo em toda a diocese, mas é preciso ir mais longe e com maior coordenação. Teremos de avançar com um itinerário coerente e abrangente de todas as áreas de formação integral para que possamos responder satisfatoriamente às exigências de uma formação cristã que capacite os leigos para assumirem as suas responsabilidades na missão evangelizadora da Igreja no mundo de hoje.

8. A Igreja diocesana em dinamismo Sinodal

A diocese está empenhada em promover um novo estilo de vida pastoral que se caracteriza pela participação activa de todos os baptizados na vida da Igreja. Convocam-se todos os organismos, todos os movimentos e todos os grupos, conselho pastoral paroquial e mesmo grupos da sociedade que ajudem a reflectir os caminhos que devem ser percorridos pela Igreja para melhor evangelizar nestes tempos de mudança cultural e social.

Não estamos perante um acontecimento solto da vida das comunidades cristãs, muito pelo contrário somos interpelados por um novo rosto da Igreja na qual cada baptizado tome consciência da sua participação na Eucaristia e na comunidade e reconheça que tem um papel activo na missão da Igreja.

Este dinamismo proposto pelo Papa Francisco para toda a Igreja assenta na realidade da Igreja como Povo de Deus, no reconhecimento da igual dignidade de todos os baptizados em Cristo, na edificação de comunidades cristãs edificadas na comunhão e na corresponsabilidade e que conta com a participação de todos os baptizados, ministros ordenados, consagrados e fiéis leigos, para discernir os caminhos

por onde deve passar a evangelização do mundo de hoje e se empenham na missão comum de testemunhas dos Evangelho no mundo actual.

Esta é a hora que ninguém deve negligenciar sob pena de se afastar dos desígnios que Deus revela para a Igreja de hoje.

Certamente, estamos perante um itinerário que exige desinstalação, humildade, capacidade de escuta, de atenção aos Sinais dos Tempos, de aprofundamento da Palavra de Deus e de intimidade com Cristo, de discernimento e de coragem para propor o Evangelho de Jesus Cristo.

9. Valorizar pastoralmente a Piedade Popular

A piedade popular manifesta uma grande riqueza religiosa do povo açoriano e torna-se num meio importante para a evangelização.

Já S. Paulo VI afirma que se a religiosidade popular «for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, ela é algo rico de valores» (EN. 48). E acrescenta-se dizendo que «assim ela traduz em si uma certa sede de Deus, que somente os pobres e os simples podem experimentar; ela torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predispõe-nas para o sacrifício até ao heroísmo, quando se trata de manifestar a fé; ela comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus: a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante, etc.» (EN. 48).

Finalmente, «ela, depois, suscita atitudes interiores que raramente se observam alhures no mesmo grau: paciência, sentido da cruz na vida cotidiana, desapego, aceitação dos outros, dedicação, devoção, etc.» (EN. 48). Aliás, «em virtude destes aspectos, nós chamamos-lhe de bom grado "piedade popular", no sentido religião do povo, em vez de religiosidade» (EN. 48).

Acompanhando o Papa Francisco no que refere sobre a piedade popular na Exortação Evangelii Gaudium, reconhecemos que «quando o Evangelho se inculturou num povo, no seu processo de transmissão cultural também transmite a fé de maneira

sempre nova; daí a importância da evangelização entendida como inculturação» (EG. 122).

De facto, «cada porção do povo de Deus, ao traduzir na vida o dom de Deus segundo a sua índole própria, dá testemunho da fé recebida e enriquece-a com novas expressões que falam por si» (EG. 122). Daí se poder dizer que «o povo se evangeliza continuamente a si mesmo» (EG. 122).

Na verdade, «aqui ganha importância a piedade popular, verdadeira expressão da actividade missionária espontânea do povo de Deus» (EG. 122). Para o Santo Padre, «trata-se de uma realidade em permanente desenvolvimento, cujo protagonista é o Espírito Santo» (EG. 122).

Entendida deste modo a piedade popular, nela «pode-se captar a modalidade em que a fé recebida se encarnou numa cultura e continua a transmitir-se» (EG. 123).

O apreço pela força evangelizadora da piedade popular leva o Papa Francisco a dizer que «as expressões da piedade popular têm muito que nos ensinar e, para quem as sabe ler, são um lugar teológico a que devemos prestar atenção particularmente na hora de pensar a nova evangelização» (EG. 126).

Com tudo isto, não se sendo alheio a que em tempos passados foi vista por vezes com desconfiança, porém constatamos que a piedade popular foi objecto de revalorização nas décadas posteriores ao Concílio.

A partir deste convite que vem da Igreja temos o dever de prestar a devida formação de modo que a piedade popular se torne agente de evangelização; suscitamos o esforço necessário para acompanhar pastoralmente a piedade popular de modo que ela conduza à integração comunitária e à centralidade da Eucaristia dominical.

10. Pastoral Urbana e Pastoral Rural

Os primeiros séculos da vida da Igreja foram marcados por uma vida cristã vivida exclusivamente em ambiente urbano. Progressivamente, com a instalação de aglomerados populacionais fora das cidades, inicia-se a evangelização em contexto rural.

Com o passar do tempo, chegou até nós a fisionomia das nossas comunidades cristãs exclusivamente rurais. Por isso, mesmo reconhecendo que as populações se

foram deslocando para as grandes cidades, continuamos a ignorar este facto e a manifestar alguma incapacidade de responder ao novo fenómeno urbano.

A nossa diocese não conta com cidades de grande dimensão, contudo, à sua medida, o fenómeno da desertificação das aldeias e a deslocação para as cidades também marcam a nossa demografia.

Neste contexto exige-se que se reflecta e se implemente uma pastoral que responda não só ao meio rural mas sobretudo que vá ao encontro das novas realidades a que assistimos nas cidades.

O Papa Francisco, na Exortação Post-sinodal *Evangelii Gaudium*, ajuda-nos a reflectir sobre a pastoral urbana dizendo que «precisamos de identificar a cidade a partir dum olhar contemplativo, isto é, um olhar de fé que descubra Deus que habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças» (nº 71). E, acrescenta, sublinhando que «a presença de Deus acompanha a busca sincera que indivíduos e grupos efectuem para encontrar apoio e sentido para a sua vida» (nº 71).

Aliás, «Ele vive entre os cidadãos promovendo a solidariedade, a fraternidade, o desejo de bem, de verdade, de justiça» (nº 71). Na verdade, «esta presença não precisa de ser criada, mas descoberta, desvendada» (nº 71). Na certeza de que «Deus não Se esconde de quantos O buscam com coração sincero, ainda que o façam tacteando, de maneira imprecisa e incerta» (nº 71).

Após, delinear este objectivo geral, prossegue afirmando que «na cidade, o elemento religioso é mediado por diferentes estilos de vida, por costumes ligados a um sentido do tempo, do território e das relações que difere do estilo das populações rurais» (nº 72). De facto, «na vida quotidiana, muitas vezes os cidadãos lutam para sobreviver e, nesta luta, esconde-se um sentido profundo da existência que habitualmente comporta também um profundo sentido religioso» (nº 72).

Assim, «novas culturas continuam a formar-se nestas enormes geografias humanas onde o cristão já não costuma ser promotor ou gerador de sentido, mas recebe delas outras linguagens, símbolos, mensagens e paradigmas que oferecem novas orientações de vida, muitas vezes em contraste com o Evangelho de Jesus» (nº 73).

Dado que «uma cultura inédita palpita e está em elaboração na cidade» e apelando ao dinamismo de uma nova evangelização, «torna-se necessária uma

evangelização que ilumine os novos modos de se relacionar com Deus, com os outros e com o ambiente, e que suscite os valores fundamentais» (nº 74). Para tal, «é necessário chegar aonde são concebidas as novas histórias e paradigmas, alcançar com a Palavra de Jesus os núcleos mais profundos da alma das cidades» (nº 74).

Aliás, «não se deve esquecer que a cidade é um âmbito multicultural». Deste modo, «nas grandes cidades, pode observar-se uma trama em que grupos de pessoas compartilham as mesmas formas de sonhar a vida e ilusões semelhantes, constituindo-se em novos sectores humanos, em territórios culturais, em cidades invisíveis» (nº 74). Num olhar atento descobre-se que «na realidade, convivem variadas formas culturais, mas exercem muitas vezes práticas de segregação e violência» (nº 74).

Focado na exclusão que as cidades podem gerar, o Papa realça que «não podemos ignorar que, nas cidades, facilmente se desenvolve o tráfico de drogas e de pessoas, o abuso e a exploração de menores, o abandono de idosos e doentes, várias formas de corrupção e crime» (nº 75).

Realmente, «ao mesmo tempo, o que poderia ser um precioso espaço de encontro e solidariedade, transforma-se muitas vezes num lugar de retraimento e desconfiança mútua» (nº 75). Assim, «as casas e os bairros constroem-se mais para isolar e proteger do que para unir e integrar» (nº 75).

Daí que «a proclamação do Evangelho será uma base para restabelecer a dignidade da vida humana nestes contextos, porque Jesus quer derramar nas cidades vida em abundância (cf. *Jo* 10, 10)» (nº 75). Estamos convictos que «o sentido unitário e completo da vida humana proposto pelo Evangelho é o melhor remédio para os males urbanos, embora devamos reparar que um programa e um estilo uniformes e rígidos de evangelização não são adequados para esta realidade» (nº 75).

Por fim, «viver a fundo a realidade humana e inserir-se no coração dos desafios como fermento de testemunho, em qualquer cultura, em qualquer cidade, melhora o cristão e fecunda a cidade» (nº 75).

Após esta lúcida e oportuna descrição que o Papa nos lança sobre a pastoral urbana que se torna um forte desafio, todos os agentes pastorais que se integram nos órgãos de participação e corresponsabilidade nas paróquias urbanas deverão reflectir sobre novos modelos de actuação pastoral, como nos interpela a nova evangelização, para responder à evangelização das nossas cidades.

Esperamos que a caminhada sinodal, a seu tempo, possa ajudar a encontrar resposta a estes desafios pastorais.

De igual modo nos deparamos com a necessidade de articular a vida pastoral com a realidade das paróquias rurais, tantas vezes desertificadas, com falta de gente activa, muito idosa, onde já não há estruturas sociais e de expressão de vida comunitária, presas a tradições muito válidas mas com dificuldade de renovação.

11. Edificar uma sociedade de amizade cuidando da casa comum

Neste último ano fomos agraciados por um notável texto do Papa Francisco, «Fratelli Tutti», que oferece os fundamentos de uma nova ordem social, económica e cultural e, sem dúvida interpela fortemente a comunidade cristã.

O apelo a edificar uma sociedade de irmãos obriga os cristãos a reconhecerem o seu contributo imprescindível não só pela proclamação do Evangelho das Bem Aventuranças mas sobretudo pelo testemunho coerente da sua vida.

Quantas desavenças, injustiças, injurias, calúnias e maledicências, exclusões, domínio, exploração, senão mesmo ódios e guerrilhas entre cristãos e grupos de cristãos, que em nada ajudam a testemunhar a verdadeira fraternidade na promoção de uma sociedade de amizade, na qual seja perceptível a igualdade, a partilha, a interajuda, a promoção do mais débil, a inclusão, o perdão, a justiça, a misericórdia e a paz.

Esta Encíclica do Papa Francisco faz eco de uma outra «Laudato Si» que apela à ecologia integral, à promoção de uma verdadeira teologia da criação e a comportamentos que ajudem a cuidar da natureza como a casa comum.

As Ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores são de rara beleza natural que importa preservar, defender e cuidar. Esta exigência é colocada aos poderes públicos, mas também a cada comunidade e a cada cidadão, a começar por cada cristão.

Estamos perante o que de mais genuíno nos interpela a doutrina social da Igreja perante a qual todos nós somos chamados a conhecer e a actuar.

Na verdade, «a estatura espiritual duma vida humana é medida pelo amor, que constitui “o critério para a decisão definitiva sobre o valor ou a inutilidade duma vida humana”» (FT, 92).

Estas duas Encíclicas do Papa Francisco, a par com todos os outros escritos, são de aprofundamento obrigatório da todos os cristãos que se coloquem na auscultação dos Sinais dos Tempos e a partir do Evangelho se propunham responder aos desafios mais profundos da humanidade de hoje.

De facto, «a promoção da amizade social implica não só a aproximação entre grupos sociais distanciados a partir dum período conflituoso da história, mas também a busca dum renovado encontro com os sectores mais pobres e vulneráveis» (FT, 233).

Como afirma o Papa, «as várias religiões, ao partir do reconhecimento do valor de cada pessoa humana como criatura chamada a ser filho ou filha de Deus, oferecem uma preciosa contribuição para a construção da fraternidade e a defesa da justiça na sociedade» (FT,271).

Que os planos de formação cristã não descurem estas exigências que são colocadas pela Igreja na pessoa do Papa Francisco.

12. Acompanhamos o sonho missionário do Papa Francisco

O Papa Francisco ao referir-se à paróquia, à sua renovação e a capacidade para que esta possa responder pastoralmente aos tempos em que vivemos apresenta o que ele chama de sonho.

Diz ele: «sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo actual que à auto-preservação» (EG. 27).

Aliás, «a reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a

pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade» (EG, 27).

Faço votos que este sonho seja o mesmo de todos os agentes da vida pastoral das nossas comunidades cristãs, presbíteros, diáconos, religiosos (as) e fiéis leigos e que se concretize com o contributo lúcido e corajoso de todo o Povo de Deus.

13. A promoção de comunidades evangelizadoras

Comunidade cristã, nos diversos serviços e carismas, que assume a evangelização como finalidade de toda a sua acção.

O Concílio Vaticano II colocou a Igreja na sua missão essencial, podemos dizer única, de ser evangelizadora. Isto significa que em todas as suas acções não tem outro objectivo que não seja anunciar e testemunhar a Boa Nova de Jesus Cristo ao mundo de cada época da história.

A refontalização e a renovação teológica e pastoral que emergem da doutrina conciliar oferecem a cada comunidade cristã e à comunidade diocesana o modelo e a fisionomia de ser Igreja de modo que em atitude de serviço à pessoa e à sociedade possa ser testemunha dos mesmos gestos de Jesus de Nazaré.

14. Maria de Nazaré, Estrela da Evangelização

Jesus de Nazaré fez o seu percurso em direcção a Jerusalém. Aí se cumpriram as promessas e aí, através do mistério pascal de Jesus Cristo, se manifestaria o mistério de Deus na Sua profundidade e o Seu infinito amor pela humanidade.

Maria de Nazaré, Mãe de Jesus, acompanha-O neste seu itinerário e, uma vez junto à cruz, é entregue à Sua Igreja na pessoa do discípulo e recebe todos os discípulos do Seu Filho no Seu colo de Mãe.

Estamos conscientes desta constante presença da Virgem Maria na Igreja acompanhando-nos permanentemente na tarefa de oferecer ao mundo de hoje a Boa Notícia que é o Seu Filho, Jesus Cristo.

Por isso, a evocamos nesta hora de sofrimento, perplexidade mas de esperança:

Maria Santissima, Mãe de Jesus Cristo e nossa Mãe,
Mãe e Rainha dos Açores,
Lança o teu olhar sobre o Povo de Deus desta diocese de Angra
e inspira-o com o teu cântico de louvor a Deus
que faz em nós maravilhas
e pela acção do Espírito Santo que transforma a face da terra
abençoa e protege os mais pobres e excluídos.
Intercede junto do teu Filho por nós
para que sejamos uma comunidade de discípulos missionários
empenhados na evangelização do mundo de hoje.
Que o Beato João Baptista Machado, nosso Padroeiro,
nos alcance a graça de crescermos na comunhão e na unidade,
na participação e na missão de testemunhas do Evangelho no mundo actual.
Amen.

Angra do Heroísmo, 21 de Janeiro (Festa da Mártir Santa Inês) de 2021

+João Lavrador, Bispo de Angra